

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI N. 5.294, DE 23 DE MARÇO DE 1959
Dispõe sobre concessão de pensão.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta e eu, Rui de Mello Junqueira, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual a seguinte lei:

Artigo 1.º — É concedida a d. Maria Benedita Pereira de Lima, viúva de Horácio José de Lima ex-servidor público estadual, a pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros).

Parágrafo único — O benefício concedido será automaticamente suspenso se a beneficiária convolar novas núpcias ou se vier a possuir bens ou rendas.

Artigo 2.º — As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias do orçamento.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assim, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 23 de março de 1959.
Ruy de Mello Junqueira, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 23 de março de 1959.
Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

ATOS DA MESA

De 29 de corrente

Dispensando, a pedido:
o Sr. Ulysses Pereira Pacheco, Oficial Legislativo classe "M", inferior, do Quadro da Secretaria da Assembleia, da função gratificada de Chefe do Gabinete da 2.ª Secretaria, referência FG-9;

o Sr. Antonio Carlos Nogueira Barbosa, Oficial Legislativo, classe "N", do Quadro da Secretaria da Assembleia, da função gratificada de Auxiliar do Gabinete da 3.ª Secretaria, referência FG-7.

Designando:

o Sr. Antonio Mariano de Campos, 2.º escrevente, padrão "Q", do Quadro da Secretaria da Justiça, lotado no Cartório do 1.º Ofício Criminal da Comarca da Capital, para exercer a função gratificada de Chefe de Gabinete, da 2.ª Secretaria, referência FG-9, em vaga decorrente da dispensa do Sr. Ulysses Pereira Pacheco;

o Sr. Alexandre Moreira Germano, Oficial Legislativo, extranumerário mensalista, referência 31, da Secretaria da Assembleia, para exercer a função gratificada de Auxiliar do Gabinete da 2.ª Secretaria, em vaga decorrente da dispensa do Sr. Antonio Carlos Nogueira Barbosa.

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

466.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1959.

PRESIDENCIA dos Srs.: *William Salem, Ermano Marchetti, Scalamandrê Júnior e Sebastião Marcondes.*

SECRETÁRIOS, Srs.: *Scalamandrê Júnior, Sebastião Marcondes, Silva Ribeiro, Agenor Mônaco e Berlinck Cardoso.*

As quinze horas, com o Sr. Ermano Marchetti na Presidência feita a chamada, verifica-se a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Agenor Lino de Mattos, Agenor Mônaco, Américo Trabulsi, Alcega Lopez, Anna Lamberti, Zélio Corrytho, Balduino, Aurelino de Andrade, Hierônimo Vicente, Hiran Sanazar, Jayme Rodrigues, Lanianna Júnior, Marcos Melega, Silva Ribeiro, Ary Silva, Francisco Batista, Monteiro de Carvalho, Dario de Lorenzo, Américo Sugal, Prestes Franco, Rubens do Amaral, Scalamandrê Júnior, Sebastião Marcondes e Umberto Sabatelli.

Durante a sessão compareceram mais os seguintes Srs. Vereadores: William Salem, Barbosa Lima, Toledo Piza, Berlinck Cardoso, Carlos Machado, Ferreira Camargão, Freitas Nobre, Helena Junqueira, Jarbas Tupinambá, José Aranha, José Diniz, Mário Câmara, Mathilde de Carvalho, Pedro Geraldo, Tarillo Bernardo, Teixeira Pinto e Venício Giacchini.

Não compareceram os seguintes Srs. Vereadores: José Cândido, João Louzada e Milton Marcondes.

O SR. PRESIDENTE — Estão presentes 25 Srs. Vereadores. Está aberta a Sessão.

Nos termos do Regulamento Interno, esteve sobre a mesa à disposição dos Srs. Vereadores, a Ata da 465.ª Sessão Ordinária. Não havendo impugnação, dá-lhe-ei por aprovada. (Palmas) Está aprovada.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Dario de Lorenzo.

O SR. DARIO DE LORENZO — Sr. Presidente, nobres Vereadores. Não tôra a incúria e a indiferença do poder público central diante dos problemas sociais que nos afligem e não seria o Brasil detentor de tristes recordes negativos que tanto nos humilham e abatam.

Os estardalhaços índices do custo de vida da mortalidade e morbilidade sobretudo infantil, do grau de cultura, da renda "per capita" das disponibilidades caloríficas para consumo da população, entre inúmeros outros, por si só constituem prova mais do que prova de que nada tem sido feito e de que nada se faz contra o trágico estado de coisas que sufoca o próprio país.

Os todo-poderosos senhores da União com as suas sistemáticas omissões e com as suas esporádicas ações sempre incompletas e — fatalmente — por isso contraproducentes na grande maioria, dos casos, não sabem ou não querem solucionar e nem sequer deter a tremenda crise que se desastrosa sobre a nação.

Não dominam a espiral inflacionária. Não reorganizam a produção. Não saneiam as finanças. Não enfrentam os problemas capitais da nacionalidade.

São pródigos na apresentação de planos e mais planos, de promessas e mais promessas de que tudo se normalizará. Anunciam medidas para solucionar problemas vitais, como é alimentar, cuja execução — se levada a sério — apenas em futuro remoto poderá dar resultado. E, quando esses senhores são, enfim, acerbamente criticados, chamados à sua indeclinável responsabilidade frente ao aspecto imediato dos problemas, garantem, como foi garantido ainda dias atrás, que o Exército passará imediatamente a fornecer a preços mínimos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Tal medida, que se concretiza, ajudaria a amenizar a aflição situação da nossa gente, é anunciada logo em altos brados; contudo, a própria chefia do 2.º Exército sediada em nossa Capital, por exemplo, não recebe ordem expressa de fornecer alimentos ao povo.

A esta altura, senhores, cada um tire a sua conclusão e lance o seu protesto. A nós, só nos resta, e por mais uma vez, apelar aos poderes públicos, a fim de que ponham em prática, efetivamente, as medidas preconizadas, de forma ampla, para beneficiar a inteira população, com a máxima brevidade e urgência, cumprindo com seu dever, e isso antes que seja tarde demais!

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Hiran Sanazar.

O SR. HIRANT SANAZAR — Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

Muita celeuma tem se criado em torno do famigerado Matadouro Municipal de Carapicuíba, que sempre suscitou nesta Casa e nas páginas dos jornais os mais acirrados debates. Depois da CMTC, que tem sido o verdadeiro juízo da administração da cidade, é o Matadouro de Carapicuíba o assunto momentoso e apaixonante que envolve as mais acerbadas críticas aos Prefeitos da Capital. De fato, dado o abandono criminoso a que estava votado esse valioso patrimônio da Prefeitura, e em virtude da mais inexplicável injustiça com que era encarado o magno problema, o Matadouro e seus administradores mereciam, em qualquer época, o vergaste que lhes caía sobre os ombros.

Tudo ali repugnava à primeira vista. O mau cheiro exalado pelos monturos intermináveis, o bando de abutres que jamais abandonam o pasto abundante de alimentos orgânicos, a insegurança dos operários, a umidade nociva à saúde, o perigo de animais a sobressaltarem os trabalhadores, em plena sala de matança, e tantos outros motivos para tristeza e revolta de todos quantos conhecem o grave problema do Matadouro de Carapicuíba.

A maioria das irregularidades ainda por lá anda, porque aquele próprio municipal se assemelha a uma verdadeira trombose e porque a doença procede da alta esfera administrativa, desde o Gabinete dos Prefeitos que por aí passaram até o desleixo dos secretários de Higiene e a incúria do próprio Banco de Desenvolvimento Econômico, que não tem fornecido o capital básico necessário à renovação total do Matadouro.

Entretanto, é preciso concordar, aquele que semeia merece as regalias da colheita. Vários administradores passaram por aquele campo de batalha, que só apresenta escombros, sem poderem reparar os mínimos defeitos daquela algaravia.

Agora, porém, não obstante a crítica que lhe é dirigida por alguns políticos menos ciosos da real situação, pode-se dizer algo de bom do Matadouro de Carapicuíba, porque à sua testa para um homem corajoso, socialista de sentimento e perspicaz de visão. Um homem atilado e voluntarioso ocupa, atualmente, a superintendência desse patrimônio, que tem regaço a manga para colocar as coisas nos termos mais humanos e mais produtivos.

Vejam, por exemplo, o perigo inconcebível que representavam grandes manadas de bois, que transitavam às carreiras pela Estrada de Itu e cercanias, na altura do seu km 21. Inúmeros casos de acidente foram de consequências lamentáveis, sem que homem algum se propusesse sanar o grave mal. Hoje, por determinação e saneamento do administrador, Dr. Domingos Bonetti, esse o seu nome, nem um só animal bovino é solto pelas vias públicas. Já não há desastres contra mulheres e crianças, porque foram realizados milagrosamente, côchos e bebedouros adequados para os animais.

Um outro matadouro, de proporção razoável, foi construído para matança de animais de pequeno porte. As máquinas velhas e enferrujadas foram reaproveitadas por Domingos Bonetti. Foi construído, embora de pequena dimensão, um estaleiro para estacionamento de bicicletas dos operários, que antes se obrigavam a abandonar os seus veículos em qualquer parte, debaixo da chuva. Foi construído um tendal de carregamento para carnes, que pôe a salvo de sujeiras o produto destinado ao Posto Único de Água Branca. Novos compressores estão movimentando a matança de bois, ao contrário de antes, quando o maquinário impróprio obrigava a paralisação prejudicial do abate do gado. Mas a atividade notável de Domingos Bonetti não se circunscreve apenas ao Matadouro em si. Outras atitudes tem tomado esse administrador destemido, para amenizar a penosa situação das centenas de trabalhadores e dos seus familiares. Foi instituída uma refeição, ou melhor uma sopa para 50 crianças, filhas de operários do Matadouro, que diariamente desceem dos morros para se alimentarem. A noite, pede o matadouro servir-se de uma sopa gratuita que a direção lhe oferece. Os operários não possuem botas de borracha para se protegerem contra os terríveis resfriados, e não possuem nem mesmo as decantadas garças de café Pretoito

Jânio Quadros, que lhe prometeu uma lavanderia e acabou não dando nem roupa para não suscitar lavagem das vestimentas. No ano passado, foi possível ao atual superintendente distribuir botas e roupas, fato inédito naquele próprio municipal. Um refeitório novo foi aparelhado para que os operários não continuassem comendo de côcoras ou sentados na terra e no cimento, debaixo de chuva e até mesmo na escuridão.

Eis aí, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, a tarefa realmente significativa que Domingos Bonetti vem desenvolvendo no combatido e descuidado Matadouro Municipal de Carapicuíba. O mais importante da questão é que o Matadouro Municipal sempre foi um peso morto no orçamento da Prefeitura. Não há lucro na manutenção. Somente prejuízos, e pesados, têm sido a característica do famoso Carapicuíba.

Assim sendo, qualquer inovação apresentada no Matadouro, que demande despesas pecuniárias, constitui um fato relevante e causador de surpresas. Nisso é que reside o maior mérito de Domingos Bonetti, que fica, daqui por diante, a salvo de críticas injustas que se lhe queiram atirar políticos menos avisados.

E, para finalizar, se alguém interpelou desta Casa sobre os motivos pelos quais Domingos Bonetti foi exonerado pelo ex-governador Jânio Quadros, quando funcionário estadual, o fez de espírito capcioso, porque esse honrado e operoso cidadão foi colocado à disposição do governo municipal em 11 de março de 1957 e, por notória perseguição política, já que sempre foi militante do Partido Social Progressista, foi desligado do serviço público estadual em 18 de maio do mesmo ano. Um homem como Domingos Bonetti não pode ser colocado no pelourinho e exposto ao escarnecimento de políticos, porque a sua obra fala por si, porque sempre cumpriu, com elevação, os encargos que assumiu até hoje, quer como professor de Criminologia na Escola de Polícia de São Paulo, como perito da Polícia Técnica e agora como administrador geral do Matadouro de Carapicuíba. Seja feito, doravante, um reparo moral à pessoa do batalhador e destemido Domingos Bonetti.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Jayme Rodrigues.

O SR. JAYME RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

Já tive oportunidade de declarar desta tribuna o meu desejo em dar o melhor de meus esforços na solução de problemas que objetivem o bem estar da coletividade paulistana.

No entanto, procurarei explicar das razões de meu entusiasmo ainda maior, em busca de solução de problemas que são reclamados pelos moradores do bairro onde nasci, e onde encontro milhares de criaturas das mais diversas condições sociais, que me distinguem sobremaneira com sua amizade. Refiro-me ao populoso bairro da Moóca, a cujo povo cabe uma parcela apreciável de muito que se tem feito pelo progresso de São Paulo e do Brasil.

Homens e mulheres das mais diversas atividades, sua indústria, seu comércio extraordinariamente desenvolvidos acompanham "pari-passu" o desenvolvimento de nossa querida São Paulo.

Os governos da União, Estado e Municípios arrecadam no bairro em que nasci e exercei atividades profissionais, somas astronômicas, no entanto, em devoção o que temos recebidos nós, os moradores do Bairro da Moóca?

Sua rua principal, que é a rua da Moóca, continua com seu calçamento de mais de trinta e cinco anos, rua de movimento intenso e que está reclamando os cuidados da Prefeitura de São Paulo. Quando garoto, fazia barquinhas de papel e da soleira da porta de minha residência atravava-os água, já que a rua da Moóca ficava inteiramente inundada pelas águas da chuva e hoje, decorridos quase 40 anos, continua insolúvel esse grave problema, que vem demonstrar a incúria de nossos administradores. Não posso, evidentemente, culpar somente o atual Prefeito pelo que ocorre em meu bairro, pois são erros acumulados; contudo, é justo que reivindique para a Moóca melhores cuidados na solução de seus problemas urgentes.

Quantas de suas ruas ainda não são calçadas, e que